

JUVENTUDE CAMPONESA E PERMANÊNCIA NO CAMPO: Processo Socioespaciais no Assentamento Roseli Nunes, município de Mirassol do Oeste-MT

Cristiane Gonçalves Ribeiro¹
Tânia Paula da Silva²

Resumo

Este artigo tem como objetivo compreender a importância e o papel da permanência da juventude no campo. Assim sendo, entende-se que a juventude é um importante ator social e suas ações, concepções e projeto de vida são significativos para o desenvolvimento do campo e para o fortalecimento da vida camponesa. Os participantes da pesquisa são os jovens que atuaram no processo de formação em Economia Solidária e Agroecologia para a construção de novas relações sociais, políticas e produtivas no campo, o qual teve como objetivo fortalecer a autonomia econômica, social e política da juventude camponesa, segundo os princípios da agroecologia, da economia solidária e das tecnologias sociais. Os resultados apontam que as ações desenvolvidas têm possibilitado aos jovens camponeses a reafirmação de sua identidade, o fortalecimento e incentivo a experimentação agroecológica e solidária; bem como a auto-organização da juventude em busca de seus direitos na educação, saúde, renda, cultura, lazer e trabalho no contexto do Assentamento Roseli Nunes e do município.

Palavras-chave: Assentamento, Juventude, Agroecologia, Economia Solidária.

Introdução

O Assentamento Roseli Nunes está localizado na região sudoeste do estado de Mato Grosso, ao Norte do município de Mirassol do Oeste (22 km). A área total do assentamento é de 10.611 hectares sendo que 2.170 hectares é área comunitária e 8.441 hectares são distribuídos para os assentados.

O assentamento é fruto da luta pela terra organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); durante o acampamento foram muitas lutas para conquistar o pré-assentamento, que ocorreu em 1998, mas o assentamento só foi consolidado em junho de 2002.

Nessa região foram assentadas trezentas e trinta e uma família que vivem, trabalham e produzem na perspectiva da agricultura familiar camponesa, com desenvolvimento da policultura, criação de animais e produção do leite para autoconsumo e venda do excedente.

O Assentamento Roseli Nunes é um território camponês bastante articulado, com organização político-econômica bem estruturada, pois vivenciam os preceitos do MST. As

¹ Profa. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Geografia da UNEMAT. Email: cristianegribeiro@outlook.com.br

² Profa. Dra. do Curso de Graduação e do Programa de Pós-graduação em Geografia da UNEMAT. Email: tanggela@bol.com.br

famílias estão organizadas em núcleos de base, constituídos de treze a vinte famílias cada, de modo a facilitar a vida em comunidade e o trabalho na terra, organizado de forma coletiva e individual (SOUZA; SILVA, 2017).

A partir deste processo de organização social, econômica, política e cultural surgiram grupos de trabalho, associações e a escola do campo Madre Cristina, conquista que vem desde o período de acampamento e permanece com a consolidação do assentamento.

Neste contexto, situa-se a juventude camponesa, que tem se tornado um importante agente no processo de recriação social, cultural, política e econômica no âmbito da chamada agricultura familiar camponesa (RIBEIRO; SALOMANI, 2011). Isso porque os jovens encaram a terra como uma ferramenta importante na construção de seus projetos de vida e de sua permanência no campo.

Nessa perspectiva, Stédile (2010) afirma que os jovens são parte importante no processo de luta no campo, pois são os verdadeiros herdeiros do trabalho na terra, aqueles que permanecerão nela sucedendo seus pais.

Assim sendo, no presente estudo apresenta-se uma análise sobre as experiências e vivências dos jovens do Assentamento Roseli Nunes que procuram, através de estudos, debates e práticas, melhorias nas condições de lazer, trabalho, cultura, produção, renda, qualidade de vida, entre outras, para a permanência no campo.

Os sujeitos participantes da pesquisa são os jovens que participaram do processo de formação em Economia Popular Solidária e Agroecologia, para a construção de novas relações sociais, políticas e produtivas no campo. Esse projeto de formação e extensão, intitulado “Desenvolvimento e Fortalecimento Científico-tecnológico da Juventude Camponesa do Ensino Médio da Escola Estadual Madre Cristina no Assentamento Roseli Nunes, em Mirassol D’Oeste-MT” teve início em 2015, visava o fortalecimento e a autonomia econômica, social e política da juventude camponesa, segundo os princípios da agroecologia, da economia solidária e das tecnologias sociais.

Segundo Zart (2015), a ideia principal era fortalecer o protagonismo desses jovens nos diferentes espaços de atuação, por meio do desenvolvimento de atividades produtivas e associativas em agroecologia, para que assim eles conquistassem as condições necessárias para sua permanência no campo.

Para a investigação utilizou-se a pesquisa ação e participante, pois a mesma “toma a participação como condição *sine qua non* para realizar-se e tem uma finalidade política”

(MÁXIMO, 2006, p. 30). Neste sentido acreditamos que a participação é o ponto chave de investigação no trabalho desenvolvido, uma vez que objetivava promover a produção coletiva do conhecimento. A participação determina um compromisso que “[...] subordina o próprio projeto científico de pesquisa ao projeto político dos grupos populares cuja situação de classe, cultura ou história se quer conhecer porque se quer agir” (BRANDÃO, 1999, p.12).

Assim, metodologicamente, utilizou-se de pesquisa bibliográfica, documental e de campo, com coleta de dados *in loco* por meio da pesquisa ação e de relatos com os jovens do assentamento, que permitiam respostas abertas e descritivas, visando conhecer quem são esses jovens, como eles entendem a sua posição junto à família, à propriedade e à comunidade, quais seriam os fatores limitantes ao seu desenvolvimento e quais as perspectivas com relação ao seu plano de futuro.

A ideia principal era a de compreender o papel e a importância da juventude e da sua permanência no campo no processo socioespacial de recriação camponesa no assentamento Roseli Nunes, localizado em Mirassol D'Oeste-MT.

O Assentamento Roseli Nunes e a Juventude Camponesa

O Assentamento Roseli Nunes está inserido na Mesorregião Sudoeste Mato-grossense e Microrregião do Jauru; situa-se na divisa de três municípios mato-grossenses: Mirassol D'Oeste, Curvelândia e São José dos Quatro Marcos; distante 280 km da capital Cuiabá (MATO GROSSO, 2016).

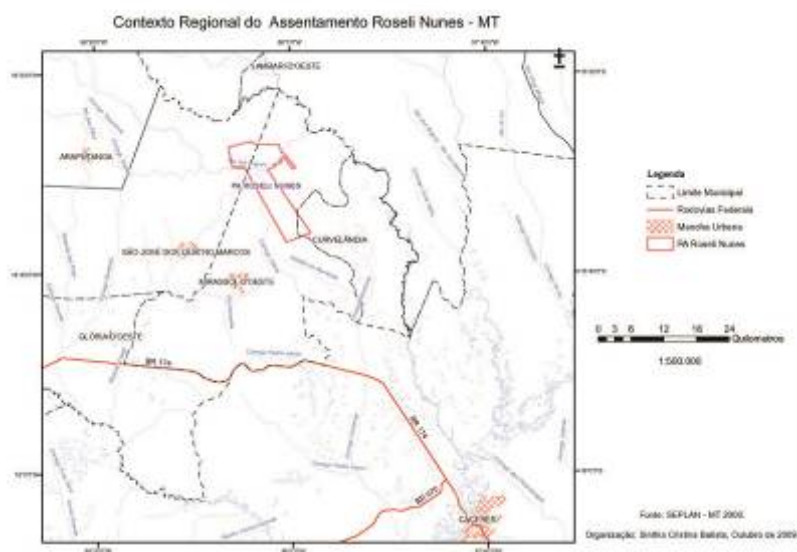


Figura 01 – Localização do Assentamento Roseli Nunes

Fonte: BATISTA, 2009.

O Assentamento Roseli Nunes surgiu a partir da organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Assim sendo, após todo um processo de mobilização e organização das famílias, ocorreu em 17 de março de 1997 à ocupação da Fazenda Facão, situada a 12 km da cidade de Cáceres- MT, onde as famílias ficaram acampadas durante seis anos; fato que podemos perceber no relato de Ribeiro (2014, p. 12).

A gente ocupou a fazenda Facão em 600 pessoas, mas após 10 dias havia ali no acampamento umas 1.200 pessoas, mais ou menos 200 famílias. Vivemos no acampamento até ir para pré-assentamento denominado “Botinha”, que foi de 1998 a 2002. Era tudo organizado internamente de forma coletiva, lá funcionava escola, plantio de roça, pois na época não tinha ponte com ligação no rio dos bugres.

Nestes seis anos de acampamento as famílias vivenciaram despejos e conflitos internos e externos, mas por meio da luta resistiram e conquistaram o pré-assentamento e com ele a escola itinerante, atual Escola Estadual Madre Cristina. Aqui cabe ressaltar que, no processo de acampamento existem inúmeros fatores que proporcionam grande aprendizado para aqueles que se oportunizam, pois, as famílias acampadas constroem entre si laços de solidariedade e reciprocidade e organizam-se coletivamente em prol da conquista de um objetivo comum, a *terra de vida e trabalho*.

[...] um dos primeiros valores que se cultiva na situação de acampamento é o da solidariedade, exatamente o valor que é fundamental a ética comunitária. Solidarizar-se com o outro não é, nesta circunstância, uma intenção, mas uma necessidade prática: o alimento não é suficiente para todos, a repressão pode vim contra todos, o vento pode destruir o barraco de muitos, a dúvida e a vontade de desistir de tudo pode chegar a uns quantos, ou a cada pessoa em algum momento; e o principal argumento da necessidade talvez seja o de que a vitória vira para todos, ou não virá para ninguém. Ou seja, a condição gera a necessidade de aprender de ser solidário e a olhar para a realidade desde a ótica do coletivo e não de cada indivíduo ou de cada família isoladamente. (CALDART, 2000, p. 116).

É perceptível nos sujeitos que passaram pela experiência de acampar a valorização do coletivo e de suas conquistas, pois sabem o quanto lutaram e sofreram para terem seus direitos garantidos. Isso porque, o processo de ocupação e o acampamento são entendidos pelo MST como uma matriz educativa das mais importantes, principalmente relacionada a questão do

pertencimento de classe e da identidade, bem como na construção do processo de participação e atuação política (CALDART, 2000). Para a autora,

[...] o acampamento traz para nossa reflexão o sentido pedagógico do cotidiano da organização e da vida em comum das famílias sem-terra debaixo de lonas, em situação de extrema precariedade material e, ao mesmo tempo, de muita riqueza humana, seja antes ou depois de uma ocupação de terra. Um sentido que nos remete ao processo através do qual um conjunto de famílias que mal se conhece, e que, na maioria das vezes, porta costumes e heranças culturais tão diversas entre si, acaba por reconhecer-se em uma história de vida comum; e em sentimentos compartilhados de medo, de dor, de fome, de frio, mas também de convívios fraternos e de pequenas alegrias nascidas na esperança de uma vida melhor, que aos poucos lhe identifica como grupo: o acampamento como espaço social de formação identitária de uma coletividade em luta, que se descobre com uma nova perspectiva de futuro (CALDART, 2000, p. 114).

Estes valores que foram sendo apreendidos ainda durante o período de acampamento possibilitaram a organização das famílias para a luta em prol de seus direitos e da tão sonhada terra, que foi conquistada depois de muita luta, persistência e resistência das famílias. A terra conquistada foi intitulada de Assentamento Roseli Nunes, em homenagem a Rosi, uma grande lutadora que sonhava com a realização da Reforma Agrária e que foi assassinada em 31 de março de 1987 durante protesto em Sarandi, Rio Grande do Sul.

Na atualidade, encontram-se organizadas no território do Assentamento Roseli Nunes diversas Associações, como a Associação Regional de Produtores Agroecológicos (ARPA); bem como a Escola Estadual Madre Cristina, que surgiu desde o início do acampamento, carrega em sua história toda uma trajetória de luta, e tem como processo educativo as matrizes pedagógicas enfatizadas pelo MST (1999), que luta por uma educação do campo e para o campo.

a) pedagogia da luta social, que brota do aprendizado de que é o próprio Movimento da luta, com suas contradições, enfrentamentos, conquistas e derrotas que educa os Sem Terra. b) pedagogia da organização coletiva, que tem também a dimensão de uma pedagogia da cooperação. Ela brota das diferentes formas de cooperação desenvolvidas nos assentamentos e acampamentos, a partir dos princípios e objetivos da luta pela Reforma Agrária. Coloca-se como o desafio de superar, pelas novas relações de trabalho, a cultura individualista do modo de produção vigente. c) pedagogia da terra, que brota da mistura do ser humano com a terra. A terra é ao mesmo tempo lugar de morar, trabalhar, produzir, viver e morrer. d) pedagogia do trabalho e da produção, que vem do valor fundamental do trabalho que gera a produção do que é necessário para garantir a qualidade de vida social e identidade do Sem Terra com a classe trabalhadora. No MST, os Sem Terra se educam tentando construir um novo sentido para o trabalho do campo, novas relações de produção e de apropriação dos resultados do trabalho, o que começa no acampamento e continua depois em cada assentamento. e) pedagogia da cultura, que brota do modo de vida produzido e cultivado pelo Movimento, ou seja, do jeito de ser e de viver dos Sem Terra. f) pedagogia da escolha, que vem das múltiplas escolhas que os seres

humanos precisam fazer a cada dia. g) pedagogia da história, que brota do cultivo da memória e da compreensão do sentido da história e da percepção de ser parte dela, não apenas como resgate de significados, mas também como algo a ser produzido. A memória coletiva é fundamental para a construção de uma identidade. h) pedagogia da alternância, que brota do desejo de não cortar raízes. É uma das pedagogias produzidas em experiências de escolas do campo que buscaram integrar a escola com a família e a comunidade do educando. Ela permite uma troca de conhecimentos e o fortalecimento do vínculo dos educandos com o assentamento ou acampamento, o MST e a terra (MST, 1999, p. 56).

Diante do exposto, pode-se afirmar que a juventude camponesa do assentamento Roseli Nunes vem de uma trajetória de lutas e conquistas e de mudanças territoriais desde sua infância, sendo necessária uma profunda análise sobre o papel desses sujeitos em todo esse contexto, os princípios que rege e contempla o campo, na forma como se relacionam na troca de experiências e saberes culturais que ressignificam a formação cidadã dos jovens.

No Brasil é considerado jovens as pessoas que se encontram na faixa etária de 15 a 29 anos. No documento base da primeira conferência nacional da juventude há uma classificação que evidencia não somente cronologias, mas da construção e dos compromissos da juventude frente ao trabalho, aos estudos, quando se denominam de adolescentes jovens que estão entre os 15 e 17 anos, de jovens que possuem de 18 a 24 anos e de jovens adultos os que estão na faixa etária de 25 a 29 anos.

Saber como é a juventude nos territórios e sua formação é importante para o desenho das políticas públicas voltadas a esse segmento social. Assim sendo, Caldart (2000) ressalta ainda que as políticas públicas de juventude devem ser voltadas para todos os segmentos juvenis, organizados ou não; deve também:

[...] desenvolver e consolidar nos jovens uma visão de mundo articulada a valores e identidades que vai assumindo nesta fase da vida. E para que crie uma visão crítica e criativa do mundo é preciso ter uma base de compreensão teórico-prática das ciências que permita entender a formação social, econômica, política e cultural da sociedade, a natureza, as diferentes dimensões da vida humana (CALDART, 2000, p. 27).

O Plano Plurianual 2012/2015 busca articular e promover direitos e políticas públicas que permitam aos jovens emancipação ao longo dessa fase de vida, garantindo a integração desta nova geração ao processo de desenvolvimento e construção democrática do país. Além disso, verifica-se que foram criados, por medidas provisórias convertida na Lei 11.129/2005, a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), ou seja, tem-se na atualidade um

conjunto de programas e projetos que buscam atrás das políticas públicas uma transformação social, incluindo as lutas específicas de cada segmento jovem.

Para Stropassolas (2007), a juventude permeia em todas as escalas do global ao local, considerada então, como uma categoria transversal, pois não desconsidera sua diversidade e o processo geral em que está inserida nas realidades e estruturas sociais urbana e do campo.

Ao estudar a juventude rural é possível entender não apenas o que acontece com os integrantes desta categoria social, mas também ampliar nosso horizonte e vislumbrar o sentido das mudanças que ocorrem na sociedade brasileira na qual a juventude está inserida (STROPASSOLAS, 2007, p. 283).

Neste contexto, insere-se os desafios do assentamento, das famílias assentadas e dos jovens viventes da comunidade Roseli Nunes nos processos de enraizamento do território conquistado. Isso porque entende-se que:

Juventude rural, juventude camponesa, ao longo da história e em muitos países foram categorias ordenadoras de organizações de representação social (...) em comum, trata-se de uma juventude que ainda se confronta com preconceitos das imagens urbanas sobre o campo. Esses jovens se apresentam longe do isolamento, dialogam com o mundo globalizado e reafirmam sua identidade como trabalhadores, pequenos produtores familiares lutando por terra e por seus direitos como trabalhadores e cidadãos. Assim (...) juventude camponesa são categorias aglutinadas de atuação política (CASTRO, 2012, p.440-441).

Nesta perspectiva, a juventude camponesa segundo Carneiro (2007) é protagonista na reconstrução cultural do campo, sendo a sucessão hereditária na agricultura familiar parte importante do processo de construção do núcleo familiar, na força de trabalho, bem como na reprodução das atividades agrícolas e produtivas (CARNEIRO (1998), ABRAMOVAY (2003), CASTRO (2005) e CALDART (2011).

Assim sendo, ao se discutir o desenvolvimento e o futuro dos assentamentos da agricultura camponesa no Brasil há que se conhecer e refletir sobre a realidade da juventude do campo de hoje, uma vez que cabe aos jovens a exploração do lote de seus pais e, conseqüentemente, a manutenção do processo de reprodução da vida no campo. Ou seja, pensar na juventude do campo é também pensar num conjunto de problemas e soluções a serem enfrentados no campo que possibilite a permanência deste segmento social com condições dignas de vida e trabalho.

Processo socioespacial de recriação camponesa: práxis em Economia Solidária e Agroecologia

Para contextualizar os processos de formação busca-se compreender acerca da economia solidária e da agroecologia, desenvolvidas por meio de ações que envolvem a luta por políticas públicas que garantam o direito da população do campo a educação do campo; educação esta que seja no e do campo na perspectiva da construção de novas estratégias para a promoção de desenvolvimento do campo assentadas na economia solidária, na agroecologia e na diversidade cultural dos povos do campo (ZART, 2013).

A economia solidária é fundada em relações nas quais as práticas de solidariedade e igualdade é utilizada na vida material e social, servindo para todos os trabalhadores/as do campo e da cidade que estão a margem desse sistema capitalista que gera riquezas para poucos. Zart (2009, p. 38) ressalta que:

Economia Solidária é uma forma de organização da sociedade para a produção e distribuição dos bens materiais e imateriais embasados na coletividade, no trabalho associado, na co-responsabilidade, na participação, na democracia, na mutualidade, na autogestão, na cooperação. Uma organização na qual os /as trabalhadores/as controlam os meios de produção, neles trabalham. É uma economia que supera a divisão social do trabalho.

Já a agroecologia é definida por Altieri (2012, p. 16-17) como:

[...] um conjunto de conhecimentos e técnicas que se desenvolvem a partir dos agricultores e de seus processos de experimentação. Por essa razão, enfatiza a capacidade das comunidades locais, para experimentar, avaliar e expandir seu poder de inovação por meio da pesquisa de agricultor a agricultor e utilizando ferramentas de extensão baseadas em relações mais horizontais entre os atores. [...]. Apesar dos avanços obtidos por movimentos agroecológicos, ainda existem muitos fatores que têm limitado ou restringido sua plena disseminação e implementação. Grandes reformas de pesquisa e desenvolvimento para assegurar que essas alternativas se disseminem de forma massiva, equitativa e acessível, de modo que os benefícios por ela gerados sejam direcionados para a conquista da segurança alimentar.

Neste contexto, a elaboração do curso de formação e extensão em economia solidária e agroecologia desenvolvido com a juventude camponesa no Assentamento Roseli Nunes teve como perspectiva realizar a formação da juventude como forma de fortalecer a agricultura familiar camponesa; tornando-os capazes de realizarem debates e discussões sobre economia solidária e agroecologia, como também capacitá-los para a realização da produção com bases nos princípios agroecológicos e desenvolvida através do trabalho associado.

O curso de formação e extensão desenvolvido com a juventude camponesa no Assentamento Roseli Nunes, em Mirassol D'Oeste-MT, aconteceu através de 21 oficinas, ministrado duas vezes por semana, com a carga horária de 4 horas-aula, tendo como total a carga horária de 84 horas. O curso buscou promover discussões teóricas sobre economia solidária e agroecologia, proporcionando a juventude camponesa uma formação pensada para fortalecer a organização o trabalho associado no território do assentamento.

As oficinas eram organizadas pela coordenação pedagógica do projeto, sendo que cabia ao ministrante da temática definir a metodologia a ser trabalhada; na maioria das vezes havia, no primeiro momento, exposição de questões teóricas sobre a temática e no segundo momento promovendo diálogos e debates reflexivos a partir da prática dos jovens no assentamento, buscando fortalecer conhecimentos sobre economia solidária e a agroecologia, mas também o trabalho coletivo.

Nas oficinas de economia solidária foram propostas e desenvolvidas os seguintes temas: 1-Fundamentos Economia Solidária. 2-Economia Solidária. 3-Afinal o que é Economia. 4-Economia solidária e Autogestão. 5-Economia e Cultura Camponesa. 6-Elaboração de Projeto e Integração da organização econômica ARPA (associação regional de produtores agroecológicos), juventude e escola. 7-Cooperativismo Solidário. 8-Economia Solidária e Ecologia. 9-Economia Solidária e o Mundo do Trabalho. 10-Economia Solidária e Diversidade Cultural.

Já nas oficinas de agroecologia as oficinas ministradas foram: 1-Fundamentos da Agroecologia. 2-Solos. 3-Técnicas agroecológicas (adubo orgânico, compostagem, caldas). 4-Horta Orgânica. 5-SAFs (Sistemas agroflorestais são formas de uso ou manejo da terra, nos quais se combinam espécies arbóreas (frutíferas e/ou madeiras) com cultivos agrícolas e/ou criação de animais promovem benefícios econômicos e ecológicos). 6- Produção Consorciada. 7- Hortifrutigranjeiros. 8-PRV- (Pastoreio Racional Voisin). 9-Avicultura. 10-Agroindústria. 11-Apicultura.

No desenvolvimento das oficinas da Juventude Camponesa foi prevista atividades de formação e ações através de textos e concepções para a partir de então atuarem nas suas práticas, seus saberes para o aprofundamento das práxis científicas desenvolvidas na interação teoria e prática.

Assim, buscaram-se desenvolver ações que incentivassem os jovens a permanecerem no campo; porque pode-se dizer que, na atualidade, os assentamentos de reforma agrária,

como novos espaços de afirmação da agricultura camponesa no Brasil, enfrentam um problema crescente relacionado a manutenção desses territórios quanto a sucessão na agricultura camponesa pelos jovens.

Castro e Carneiro (2007) destacam que os gestores governamentais ligados ao incentivo da agricultura necessitam visualizar esse grupo social como uma categoria apta ao desenvolvimento sustentável do campo; uma categoria com potencial para contribuir na construção de uma nova visão de uma agricultura familiar camponesa, forte e voltada também à economia solidária e à segurança alimentar.

Neste contexto de formação e extensão tem-se então a inserção da Juventude, com seus saberes e práticas, na Feira de Economia Solidária, na cidade de Cáceres-MT; a Feira de Economia Solidária e Agroecológica, denominada (FEISOL), acontece todas as quintas feiras, da semana, no Campus da Universidade; a feira reúne cerca de 10 empreendimentos de Cáceres e região.

Observou-se que a feira é uma iniciativa socioeconômica e cultural autogestionária de produtores/as associados/as, entidades de apoio e consumidores, criada para viabilizar a exposição, a comercialização e a divulgação de produtos e trabalhos de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis (EESS). Constitui-se num espaço coletivo de promoção da cultura de consumidores/as, do encontro entre produtores/as e consumidores/as, para o reconhecimento das pessoas, dos processos, dos produtos, dos saberes e das práticas que caracterizam as vivências socioeconômicas solidárias e sustentáveis nos territórios onde são inseridos.

Os produtores feirantes passam pelo processo de formação, para a comercialização na feira, seguindo os princípios da economia solidária e da agroecologia. Como o processo é de auto-organização e de autogestão todos os empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis devem zelar pela organização e promoção da cultura da solidariedade e de sustentabilidade no espaço da feira.

A partir da participação da juventude no curso inicia-se não só a produção, mas também a comercialização de seus produtos na Feira de Economia Solidária e Agroecológica em Cáceres; onde era feito uma alternância entre os jovens para que todos tivessem essa troca de experiências entre eles como produtor e os consumidores, bem como de outros produtores que fazem parte deste espaço.

A feira tem sido um laboratório ao ar livre de conhecimentos de agroecologia, trabalho associado, economia solidária, agricultura camponesa, educação do campo e no campo a economia solidária veio colaborar e está presente no nosso dia a dia no assentamento e nas nossas comercializações na Feira e fora dela.

Uma das alternativas pensadas no coletivo foi a implantação da feira no Assentamento Roseli Nunes, pois assim todos os jovens poderiam participar livremente, e novamente a partir do planejamento participativo, deu-se a abertura da FEISOL- Roseli Nunes, com produtos agroecológicos, produzidos pelos jovens também participaram da feira o grupo: mulheres Camponesas que estão em processo de organização para o trabalho associado.

Após a realização das atividades propostas no curso com a formação desenvolvida junto a juventude camponesa buscou-se fortalecer as discussões e as ações de economia solidária, agroecologia e auto-organização e relações entre saberes científicos e saberes camponeses. Para promover ações concretas que fortaleça a permanência da juventude no campo com qualidade de vida e renda.

Algumas Considerações

Com o desenvolvimento do trabalho constatou-se que a juventude é responsável pela continuação das lutas e permanência dos camponeses nos territórios dos assentamentos rurais, na perspectiva de construção e consolidação do modo de vida camponês (CASTRO, 2012).

No caso específico do assentamento Roseli Nunes verifica-se que a comunidade oferece base e formação social e política para que a juventude lute pela transformação social, como também por melhorias nas condições de vida de sua família e de sua comunidade. Tais atividades de formação e ações tem possibilitado aos jovens a reafirmação de sua identidade, o fortalecimento e incentivo a experimentação agroecológica e auto-organização da juventude no contexto do assentamento e do município.

Outra situação bastante evidente foi à necessidade de ampliação de políticas públicas e programas específicos a este grupo social que potencializem as alternativas de geração de trabalho, renda, lazer, cultura, educação, saúde, entre outras, para que os jovens possam ter a possibilidade de permanência no campo com melhor qualidade de vida, fortalecendo a agricultura familiar camponesa.

Nesta busca de novas experiências, os/as jovens estão deixando de ser visto como receptores de ações, passando a ser encarados como protagonistas na conquista de seus

espaços e também no processo de reprodução camponesa; processo este construídos por meio de embates, enfrentamentos, desafios e lutas cotidianas na comunidade e na sociedade.

Referências Bibliográficas

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo: Expressão Popular: 2012.

BRANDÃO, Carlos R. (Org.). **Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BRASIL. MATO GROSSO. IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Brasília, 2016.

CALDART, Roseli S. (Org.). **Caminhos para a transformação da escola**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

CALDART, Roseli Salette. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000.

CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa G. de. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CASTRO, Elisa Guaraná. **Juventude do campo**. In: CALDART, Roseli; PEREIRA, Izabel; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio; (orgs). **Dicionário da educação do campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MAXIMO, Antônio Carlos. **A pesquisa participante como prática educativa**. Brasília: Líber Livro Editora, 2006.

RIBEIRO, Soares V. SALAMONI, Giancarla. **A territorialização camponesa no Veridiana Soares Ribeiro - assentamento 24 de novembro**. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 6, n. 11, p. 194-217, fev. 2011.

RIBEIRO, Cristiane G. **Assentamento Roseli Nunes, município de Mirassol do Oeste/MT Educação do Campo e Economia Solidária: Estudo de Caso na Escola Estadual Madre Cristina**. 2014. Monografia de Especialização em Políticas Públicas e controle social do estado. Universidade do Estado de Mato Grosso.

SILVA, T. **Territórios de Esperança: o processo de recriação camponesa em Cáceres-MT**. Tese de Doutorado em Geografia. Universidade Federal Fluminense. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2014.

STROPASOLAS, Valmir L. Um marco reflexivo para a inserção social da juventude rural. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa G. de. (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.279-293.

STEDILE. **João Pedro**. “Latifúndio: O pecado Brasileiro”, Disponível em:<
<http://www.midiaindependente.org>>. Acesso em: 20 setembro 2017.

ZART, Laudemir Luiz. SQUAREZI, Sandro Benedito, JUNIOR, Luconi. LAFORGA, Gilmar. **Socioeconomia solidária: Processos Organizacionais socioeconômicos na economia solidária.** Vol.3. Cáceres-MT: Editora UNEMAT, 2009.

ZART, Laudemir L. **Educação, Formação e Desenvolvimento do Campo. Educação do Campo: formação e desenvolvimento comunitário/** PIESES, UNEMAT, PROEC-UNEMAT. – Cáceres MT: Editora UNEMAT, 2011. (Série: Sociedade Solidária, Caderno Pedagógico I).